

Figueiredo diz que crise não deve afetar democracia

— Temos de contornar, atravessar ou saltar muitos obstáculos da nossa situação econômica para não haver retrocesso, para não estacionar a nossa marcha democrática. Mais do que isso, eu diria que a crise econômica, as dificuldades econômicas podem comprometer a tranquilidade social do país, essencial para um avanço democrático. Mas eu não vou aceitar isso e estou certo de que o povo brasileiro também não vai admitir que isso aconteça.

A afirmação foi feita ontem à noite pelo Presidente João Figueiredo no programa **O povo e o presidente**, transmitido pela TV Globo. Ele disse que continua determinado na sua “rota de afirmação do projeto democrático brasileiro”. Considera fundamental, neste momento, “desenvolver e seguir uma estratégia econômica compatível com esse projeto democrático”.

Ponto crítico

O Presidente informou, logo na abertura do programa, que suas noites não têm sido boas, porque a situação econômica nacional está atingindo “um ponto crítico”, que exige medidas apropriadas: “Estou profundamente preocupado porque eu sei, tenho consciência, de que o nosso povo já está muito sacrificado pelas dificuldades da nossa economia. Estou muito preocupado porque é preciso, como eu disse, tomar as medidas apropriadas.”

Ao comentar o agravamento das dificuldades — desemprego, inflação, recessão, dívida externa, altas taxas de juros, déficit público, seca no Nordeste e inundações no Sul —, o Presidente afirmou que a adoção de “medidas decisivas” vai doer em muita gente, mas acrescentou que “a margem de temporização está se esgotando rapidamente”. Declarou ainda que não aceita isso como resultado de sua estratégia, “dós planos traçados” para um país como o Brasil: “E o nosso povo, como eu, também não pode aceitar esse resultado.”

— Quaisquer que sejam as medidas tomadas — prosseguiu —, elas vão ferir pessoas e ferir interesses. Elas exigirão sacrifícios praticamente de todos os brasileiros. Então, os critérios que selecionam as medidas têm que ser muito firmes e claros na defesa dos interesses maiores da coletividade, na proteção do povo. O bem-comum tem de prevalecer sobre qualquer outro critério de interesses.

O Presidente disse ainda que “é preciso traçar uma estratégia com objetivos claros, palpáveis, capazes de obter a confiança do povo, a confiança de empresários e trabalhadores, e a esperança de um futuro melhor para todos”. E concluiu: “Só vence quem tem vontade de vencer. Os pessimistas, os derrotistas caem na estrada. Um povo de moral elevada, que acredita na sua força, atravessa anos de dificuldades e acaba firmando sua prosperidade.”